



INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ 09.611.768/0001-76

NIRE 31300117898

Companhia aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E)

1. **Data, hora e local:** Aos 29 dias do mês de abril de 2019, às 9h00, na sede social Inter Construtora e Incorporadora S.A. situada à Rua Ataliba de Barros, nº 182, sala 1504, no bairro São Mateus, em Juiz de Fora/MG.
2. **Convocação:** Em primeira chamada, publicado nos jornais Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, jornal Tribuna de Minas, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.interconstrutora.net.br>).
3. **Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas no “Livro de Presença de Acionistas” nos termos da regulamentação da CVM.
4. **Ordem do dia:**
 - 4.1 **Assembleia Geral Ordinária (AGO):**
 - I. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
 - II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e a ratificação das antecipações e do saldo de dividendos;
 - III. Fixar a remuneração anual global da Administração para o exercício de 2019, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva;
 - IV. Eleger os membros do conselho de administração da companhia e a sua diretoria estatutária e executiva.
 - 4.2 **Assembleia Geral Extraordinária (AGE):**
 - V. Deliberar sobre as alterações do estatuto social, conforme proposta da administração;
 - VI. Deliberar sobre aumento de capital social da Companhia.
5. **Mesa:** Presidente do Conselho de Administração: Sr. Leonardo Miguel de Lima. Secretário: Vitor Nunes Couto.

6. **Deliberações:** Lavrando-se a presente ata na forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei n.º 6.404/76.

6.1 Deliberações da Assembleia Geral Ordinária (AGO):

Aprovado, por unanimidade as contas dos administradores, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Aprovado, por unanimidade a deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e a ratificação das antecipações e do saldo de dividendos.

Aprovado, por unanimidade a fixação da remuneração anual global da Administração para o exercício de 2019, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, incluindo a ratificação e autorização de pagamento de potencial prêmio de sucesso, em uma eventual realização de um evento de liquidez (M&A ou IPO) da Companhia, para o Sr. Neylson de Oliveira Almeida no valor de 2% do valor da Companhia (valuation) base do evento de liquidez; e também o pagamento de potencial prêmio de sucesso, em uma eventual realização de um evento de liquidez (M&A ou IPO) da Companhia, para o Sr. Diretor de Relações com Investidores Cid Maciel Monteiro de Oliveira de 1% do valor da Companhia (valuation) base do evento de liquidez, pactuados em instrumentos particulares celebrados em datas anteriores à presente.

Aprovado, por unanimidade a deliberação de número de conselheiros para o Conselho de Administração, através da eleição dos membros do conselho de administração da companhia e a sua diretoria estatutária e executiva:

Conselho de Administração Independente: Sr. Wilson Bernardes Alves, Casado, inscrito do CPF 168.567.451-00, RG 576160, Advogado e Administrador de empresas, com endereço a Seps 712/912 Conj. C Bloco D-523, Bairro Asa Sul, CEP 70390-125, Brasília, Distrito Federal.

Conselho de Administração Independente: Sr. Fábio Borges Mirandez, Bancário, Casado, inscrito no CPF 116.629.768-36, RG 19566356, com endereço a Rua Azevedo Soares, 01826 torre2, San Domingo, apt 182, Vila Gomes Cardim, CEP 03322-001, São Paulo, São Paulo.

Conselho de Administração e Diretor Comercial: Ednilson de Oliveira Almeida, brasileiro, Administrador de Empresas, Casado, nascido em 24/10/1981, inscrito no CPF nº 043.631.716-85, possuidor do documento de identidade 36855048-5, SSP/SP, domiciliado à Rua Manoel Bernardino, número 20, apt 902, bairro São Mateus, no município de Juiz de Fora/MG, no CEP: 36.016-460.

Diretor Presidente (CEO): Neylson de Oliveira Almeida, brasileiro, Empresário, Casado, nascido em 17/06/1978, inscrito no CPF nº 036.504.396-62, possuidor do documento de identidade 37588866, SSP/SP, domiciliado à Rua Johann Strauss (Lot S Lucas II), número 30, bairro São Pedro, no município de Juiz de Fora/MG, no CEP: 36.036-647; para o cargo de Diretor Presidente (CEO).

Aprovado, por unanimidade a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018, nos seguintes termos:

- (i) Foi apurado lucro líquido de R\$ 77.992.581,00 no exercício social encerrado em 31/12/2018;
- (ii) O percentual de distribuição se fixou em 25%, correspondente a R\$ 19.498.146,00 com valor por ação de R\$ 0,94;
- (iii) Foi destinado à conta de reserva legal o montante de R\$ 2.293.493,00 que representa 2,94% sobre o lucro líquido do exercício;
- (iv) Foi destinado à conta de reserva de lucro o montante de R\$ 55.551.935,00 que representa 71,23% sobre o lucro líquido do exercício.

Os membros do conselho de administração e da diretoria ora eleitos tomarão posse nos seus respectivos cargos em até 30 (trinta) dias mediante a assinatura:

- (a) do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria; (para membros da diretoria).
- (b) do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração; (para membros do conselho de administração).
- (c) do respectivo termo de anuência, lavrado no livro de atas de reuniões do conselho de administração.
- (d) declarações de desimpedimento, para os fins do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 2º da Instrução CVM nº 367/02.
- (e) declaração dos valores mobiliários por eles eventualmente detidos de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76, em atendimento à lei e à regulamentação em vigor.

6.2 Deliberações da Assembleia Geral Extraordinária (AGE):

As alterações do Estatuto Social, conforme proposta da administração:

- (i) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 1º - Parágrafo 1º - Alterar a palavra: admissão para: listagem, adequar a realidade da Companhia.
- (ii) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 5º - Alteração proposta para adequar o Estatuto Social e o novo número de ações a realidade da Companhia.
- (iii) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 9º - Parágrafo 2º - Alteração no prazo de convocação de Assembleias Geral Extraordinária de 5 (cinco) dias para 15 (quinze) dias, para adequar a Companhia a Lei das SAs.
- (iv) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 15º Inclusão de Parágrafos/Cláusulas para incluir a possibilidade do membro do Independente do Conselho de Administração. O antigo Parágrafo 1º e 2º foram substituídos por parágrafo 3º e 4º e assim suscetivamente até o parágrafo 5º do artigo.

- (v) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 23º Proposta de incluir outras diretorias no estatuto social da Companhia.
- (vi) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 23º Parágrafo 1º Incluir novas funções de responsabilidade do Diretor Presidente (CEO)
- (vii) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 23º - Parágrafo 4º - Extinguir a Diretoria de Operações, criar Diretoria de Projetos, redigir novas funções e responsabilidades.
- (viii) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 23º - Parágrafo 7º, 8º e 9º Incluir as funções dos novos Diretores no Estatuto Social da Companhia e organizar parágrafos;
- (ix) **Aprovado, por unanimidade** o Artigo 29º - Parágrafo 1º, inclusão do Diretor Comercial, como representante do diretor-presidente (CEO); a alteração do limite previsto na alínea (a) de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).
- (x) **Aprovado, por unanimidade** o aumento do Capital Social mediante capitalização de saldo da reserva de lucro para R\$50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos). Um aumento de R\$30.583.751,92 (trinta milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e um real e noventa e dois centavos) com a emissão de 30.391.173 (trinta milhões trezentos e noventa e um mil cento e setenta e três) ações ordinárias, sem valor nominal, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,5 nova ação para cada 1 ação da mesma espécie de que forem titulares na data de 10 de maio de 2019, desta forma, as ações da INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. (INNT3) passarão a ser negociadas ex-bonificação a partir de 13/05/2019. A data do crédito das novas ações ocorrerá no dia 16/05/2019. As novas ações ordinárias emitidas terão os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias já em circulação da Companhia, inclusive direito a dividendos e juros de capital próprio que vierem a ser distribuídos.
- 7. Documentos:** Para os fins previstos no Art.130, §1º da Lei nº 6.404/76, os documentos submetidos à Assembleia Geral foram autenticados pela mesa e arquivados na sede da Companhia.
- 8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente Ata que lida, foi assinada pelos Acionistas presentes LEONARDO MIGUEL DE LIMA; NEYLSON DE OLIVEIRA LIMA; EDNILSON DE OLIVEIRA LIMA, declaro que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

Sr. Jurandir Miguel de Lima
Presidente do conselho de administração.

Sr. Vitor Nunes Couto
Secretário



Juiz de Fora, 29 de abril de 2019.

ANEXO 1

ESTATUTO SOCIAL

INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º A INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, “Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo 1º - Com a listagem da Companhia no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3 (“Regulamento do BOVESPA MAIS”).

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do BOVESPA MAIS prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro jurídico em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na Rua Ataliba de Barros, nº 182, sala 1504, no CEP: 36.025-175, podendo, a critério da Diretoria, criar e extinguir filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º O objeto social principal da Sociedade é a realização por incorporação de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda, assim como também é objeto, secundariamente, a construção de edifícios de qualquer natureza.

Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de 50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 50.651.957 (cinquenta milhões seiscentos e cinquenta e um mil novecentos e cinquenta e sete) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia

em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 4º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Parágrafo 5º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 6º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos da lei.

Artigo 6º A Companhia poderá ter seu capital social aumentado até o limite de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações ordinárias, conforme decisão do Conselho de Administração, sem guardar proporção entre as ações já existentes.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração deverá estabelecer as condições de tal emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, observado o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins do artigo 76 da Lei das Sociedades por Ações, bônus de subscrição poderão ser emitidos por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações

ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, transferência ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único – Estão autorizadas movimentações de ações da Companhia durante a vigência de programas de recompra aprovados em Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores, empregados e colaboradores, nos limites do capital autorizado, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados de sociedades Controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

CAPITULO III

ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 9º A Assembleia Geral, que é órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo 1º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho de Administração, e secretariadas por um acionista escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho de Administração, e secretariadas por um acionista escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes.

Artigo 10 Para participar da Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar a documentação exigida pela lei e disposições regulamentares aplicáveis.

Artigo 11 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no artigo 43 deste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 12 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 13 A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do BOVESPA MAIS, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 14 A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 15 O Conselho de Administração é composto por no mínimo 3 (três) membros, e no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros Independentes, ou o equivalente a 20% dos seus membros, o que for maior, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger. Para caracterização de Conselheiro Independente, será adotada a definição constante do regulamento do segmento Novo Mercado da B3.

Parágrafo 2º - Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito membro do Conselho de Administração, salvo dispensa expressa da maioria de seus membros, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; (ii) possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia; (iii) ser conselheiro

remunerado em mais de 3 (três) empresas durante o exercício de seu mandato.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia, salvo se autorizado pelo Conselho de Administração.

Artigo 16 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância naqueles cargos. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente, ou caso não tenha havido indicação pelo Presidente, por membro indicado pela maioria dos membros remanescentes.

Parágrafo 1º – Os cargos de presidente do conselho de administração (chairman) e de diretor-presidente (CEO) ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º – Compete ao presidente do conselho de administração (chairman) representar o conselho de administração nas assembleias gerais e, ainda, conduzir as deliberações sobre as matérias de competência do colegiado, em especial: (i) aprovação da estratégia de longo prazo e gestão de riscos; e (ii) diretrizes gerais da Companhia, notadamente a missão, visão, valores, código de conduta e políticas zelando pelo seu correto cumprimento.

Artigo 17 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, da qual constará a ordem do dia.

Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 18 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao Presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia, não podendo cada membro representar mais de 2 (dois) outros membros.

Parágrafo 3º - No caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será

nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 18, parágrafo 2º deste Estatuto. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo.

Artigo 19 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 20 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida sua gravação e desgravação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico, guardadas sempre o sigilo e segurança das informações.

Parágrafo 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do artigo 18, parágrafo 2º deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 21 O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) aprovação de e/ou qualquer alteração no Plano de Negócios da Companhia;
- (b) aprovação dos orçamentos anuais operacionais e de investimentos e verificação do cumprimento dos mesmos;
- (c) nomeação e destituição dos membros da Diretoria e determinação de seus poderes, funções e remuneração;
- (d) controle da gestão dos diretores, verificação, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos relacionados à gestão dos diretores;
- (e) convocação da Assembleia de Acionistas quando julgar conveniente;
- (f) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria e submissão das Demonstrações Financeiras da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;
- (g) aquisição, alienação e/ou oneração de qualquer participação em capital social, exceto para a constituição de pessoas jurídicas Controladas pela Companhia e que tenham

sido constituídas na forma de sociedade de propósito específico para a implementação de um ou mais projetos imobiliários da Companhia;

(h) alienação ou oneração, de qualquer forma, de bens imóveis da Companhia, cujo valor exceda R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais);

(i) alienação ou oneração, de qualquer forma, de outros ativos da Companhia, cujo valor exceda, em uma ou mais operações de mesma espécie, no período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais);

(j) contratação de empregados cuja remuneração anual exceda a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

(l) contratação de prestadores de serviços cuja remuneração anual exceda a quantia de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(m) concessão e obtenção de empréstimos, financiamentos e/ou descontos de duplicatas ou securitização de recebíveis cujo valor exceda a quantia de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(n) nomeação e destituição dos auditores independentes, que deverão, necessariamente, ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários e realizar auditoria anual com revisão trimestral da Companhia;

(o) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como o prazo e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;

(p) aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(q) aprovação da contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(r) emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(s) emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(t) proposta à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

(u) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(v) definição da lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS; e

(w) outorga de garantias pessoais ou reais em favor de terceiros.

Artigo 22 O Conselho de Administração poderá ainda constituir comitês para assessoramento nas deliberações.

Parágrafo 1º - Os Comitês Executivos funcionarão de acordo com as necessidades da Companhia e com seus respectivos regimentos internos atendendo as exigências de legislação vigente e do regulamento de listagem “BOVESPA MAIS”.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá constituir outros Comitês, de acordo com o interesse da Companhia e necessidade dos negócios.

Parágrafo 3º - Os membros dos Comitês Executivos serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

Sessão III

Diretoria Executiva

Artigo 23 A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 3 (três) Diretores, e no máximo 10 (dez) Diretores, acionistas ou não, sendo designados Diretor-Presidente (CEO), Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Engenharia, Diretor de Projetos, Diretor Comercial, Diretor Financeiro (CFO), Diretor Jurídico, Diretor de Crédito e Repasse, Diretor de Cliente, Qualidade e Tecnologia e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo 1º Compete ao **Diretor-Presidente (CEO)** (i) formular as estratégias, diretrizes operacionais e metas da Companhia, de curto prazo, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (ii) definir os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimento de curto prazo e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, submetendo-os à aprovação do Presidente do Conselho de Administração; (iii) definir as estratégias comerciais e de marketing, responder pelo desenvolvimento e implementação de ações e iniciativas comerciais, visando ao desenvolvimento do negócio; (iv) definir estratégias e ações para otimizar a captação de recursos junto às instituições financeiras, garantir a qualidade da carteira de clientes e viabilizar o financiamento dos clientes; (v) definir as estratégias de desenvolvimento e incorporação imobiliária, novos negócios, viabilidade e aquisição de terrenos, visando ao desenvolvimento do negócio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração; e (vi) responsabilizar -se por todas as questões legais que envolvam a Companhia, atualizando as questões legislativas a ela pertinentes.

Parágrafo 2º Compete ao **Diretor Financeiro (CFO)**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, definir as estratégias financeiras da empresa, em linha com os planos de negócios vigentes, bem como dirigir os processos de contabilidade, tesouraria, planejamento financeiro e RH/Departamento Pessoal.

Parágrafo 3º Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados com as atividades do mercado de capitais, definindo estratégias e ações para otimizar a captação de recursos, bem como o atendimento dos interesses dos investidores.

Parágrafo 4º Compete ao **Diretor de Projetos**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo Diretor-presidente (CEO) ou que estejam expressas na legislação vigente e no regulamento de listagem, conduzir os profissionais e as atividades relacionadas a: (i) contratação de unidades; (ii) aprovação nas instituições financeiras; (iii) projeto e desenvolvimento.

Parágrafo 5º Compete ao **Diretor de Engenharia**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo diretor-presidente (CEO) ou que estejam expressas na legislação vigente e no regulamento de listagem, conduzir os profissionais e as atividades relacionadas a: (i) planejamento, orçamento e custos de empreendimentos e obras; (ii) suprimentos; (iii) execução; e (iv) pós obra.

Parágrafo 6º Compete ao **Diretor Comercial**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo diretor-presidente (CEO) ou que estejam expressas na legislação vigente e no regulamento de listagem, conduzir os profissionais e as atividades relacionadas a: (i) regionais; e (ii) marketing, treinamento e comunicação de vendas.

Parágrafo 7º Compete ao **Diretor Jurídico**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo diretor-presidente

(CEO) ou que estejam expressas na legislação vigente e no regulamento de listagem, conduzir os profissionais e as atividades relacionadas a: jurídico geral e contratos; responsabilizar-se por todas as questões legais que envolvam a Companhia, atualizando as questões legislativas a ela pertinentes.

Parágrafo 8º Compete ao **Diretor de Crédito e Repasse**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo diretor-presidente (CEO) ou que estejam expressas na legislação vigente e no regulamento de listagem, conduzir os profissionais e as atividades relacionadas a: (i) definir estratégias e ações para otimizar e garantir a qualidade da carteira de clientes e viabilizar o financiamento dos clientes;

Parágrafo 9º Compete ao **Diretor de Cliente, Qualidade e Tecnologia**, além das atividades que lhe sejam atribuídas pelo diretor-presidente (CEO) ou que estejam expressas na legislação vigente e no regulamento de listagem, conduzir os profissionais e as atividades relacionadas a: (i) Relacionamento com Cliente; (ii) Tecnologia da Informação da Companhia, em linha com os planos de negócios vigentes, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração. (iii) Gestão dos processos de qualidade e certificação.

Parágrafo 10º Compete aos **Diretores sem Designação Específica**, executar as atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração

Artigo 24º No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente (CEO) da Companhia, suas funções devem ser exercidas por um outro diretor, a ser escolhido pelo conselho de administração.

Artigo 25 O prazo de gestão dos diretores será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

Parágrafo 1º - Os diretores deverão ser escolhidos de acordo com critérios exclusivamente profissionais, levando-se em conta a sua notória experiência e especialização, a fim de que possam cumprir suas atribuições dentro das exigências de mercado e das melhores práticas.

Parágrafo 2º - Os diretores poderão ser eleitos para ocupar mais de um cargo de Diretor Executivo, sendo permitida a cumulação das funções.

Artigo 26 A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por maioria dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, comprova de recebimento pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 2º - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar em até 30 (trinta) dias depois de constatada a vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - Além dos casos de renúncia, morte, interdição ou impedimento, considerar-se-á vago o cargo do diretor que deixar de exercer suas funções pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem autorização do Conselho de Administração ou sem estar licenciado.

Parágrafo 4º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 5º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do **parágrafo 6º** deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 27 Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

Artigo 28 No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo sem limitação deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Compete ainda à Diretoria:

- (a)** cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b)** submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (c)** elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionados ao ingresso em novos negócios;
- (d)** decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (e)** elaborar e propor ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Companhia, os planos, programas e orçamentos de investimento e operacional, semestrais, anuais e plurianuais;
- (f)** apresentar ao Conselho de Administração as oportunidades de investimentos e negócios que ultrapassem os limites de alçada de cada diretoria;
- (g)** aprovar a contratação ou promoção de empregados que venham a ocupar cargos com funções gerenciais, ou a sua respectiva demissão;
- (h)** aprovar o ajuizamento de ações ou medidas judiciais de natureza tributária ou indenizatória ou daquelas que em razão das consequências ou contingências nela envolvidas, sejam consideradas de grande relevância para a Companhia, observado os termos do Acordo de Acionistas;
- (i)** elaborar e apresentar, em cada exercício, ao Conselho de Administração e à Assembleia-geral, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Econômico-Financeiras da Companhia e propor a destinação dos resultados do exercício;

(j) autorizar a criação e a extinção de filiais, estabelecimentos, depósitos e escritórios que a Companhia mantenha no território nacional ou fora dele;

(k) conceder licenças aos diretores executivos e designar o diretor que assumirá as respectivas atribuições durante o período de ausência;

(l) decidir sobre todas as questões da alçada dos diretores, enquanto o cargo estiver em vacância, e sobre todas as demais, que não puderem ser resolvidas pelos respectivos diretores e que não constituam matérias de competência exclusiva do Conselho de Administração ou da Assembleia-Geral; e

(m) submeter à apreciação do Conselho de Administração a relação nominal dos empregados que serão convidados a participar do Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações respeitando o montante global anual de opções já aprovado em Assembleia Geral para o exercício.

Parágrafo 2º - O uso da denominação social é privativo dos diretores de acordo com a competência de cada um e nos limites e condições fixados neste Estatuto Social, não produzindo nenhum efeito em desfavor da Companhia, inclusive perante terceiros, os atos que forem praticados sem observância deste preceito, exceto aqueles ratificados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As declarações públicas ou privadas prestadas por diretores ou quaisquer pessoas em nome da Companhia, que não tenham sido expressamente autorizadas pelo Diretor Presidente, e que possam resultar em prejuízo ou responsabilidade para a Companhia, não produzirão efeito em relação a esta e serão exclusivamente assumidas pelo respectivo declarante.

Parágrafo 4º – Compete aos Diretores executar as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; submeter ao Conselho de Administração os nomes dos diretores que comporão a Diretoria Executiva; submeter ao Conselho de Administração proposta de destituição de diretores e o encaminhamento dos respectivos sucessores; presidir e convocar as reuniões da Diretoria Executiva e coordenar o

processo de tomada de decisão; representar ativa e passivamente a Companhia, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes; designar as pessoas que poderão representar institucionalmente a Companhia em eventos e solenidades públicas e aquelas que poderão prestar declarações em nome da Companhia perante terceiros e os meios de comunicação, quando não puderem fazê-los direta e pessoalmente; representar a Diretoria Executiva perante o Conselho de Administração e a Assembleia Geral; manter o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia e das ações dos Diretores Executivos; coordenar, perante os demais Diretores Executivos, a elaboração do Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Econômico-Financeiras a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente da Companhia, suas funções devem ser exercidas por um outro Diretor, a ser escolhido pelo Conselho de Administração.

Artigo 29 Salvo conforme disposto no parágrafo 1º abaixo, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida pelo diretor-presidente (CEO) ou por pessoa por ele designada. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas sempre pelo diretor-presidente (CEO) e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo do disposto no *caput*, a Companhia pode ser representada por 01 (um) Diretor de Engenharia, Diretor Comercial, ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos, nos termos do Parágrafo supra, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

- (a) em assuntos de rotina, definidos como aqueles cujo valor não exceda a quantia de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) inclusive, mas não se limitando, perante os órgãos ou entidades privados e públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, IBAMA e demais órgãos ambientais, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Bancos Estatais e de Desenvolvimento;

- (b) em transações relativas aos Contratos de Promessa de Compra e Venda de unidades imobiliárias incorporadas pela Companhia e respectivas escrituras públicas;
- (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; e
- (d) na representação da Companhia nas Assembleias gerais de suas empresas controladas e coligadas.

Parágrafo 2º - Deverá ser observada a regra do *caput* deste artigo para a prática de atos relacionados com movimentação financeira, tais como abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, autorizar débitos, emitir, assinar e endossar cheques, fazer depósitos e retiradas, fazer aplicações, resgates, transmitir e receber ordem de pagamentos, fazer empréstimos e financiamentos.

Parágrafo 3º - São expressamente vedados quaisquer atos em nome da Companhia e em favor de terceiros, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como: aval, fiança, hipoteca, caução, penhor, endosso ou quaisquer outras garantias, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Caberão aos diretores, de acordo com a competência atribuída a cada um e sem presunção de solidariedade da Companhia e dos demais administradores, a responsabilidade por todos os atos ou omissões com violação deste Estatuto Social, com infringência à lei ou por sua não observância, bem como em desrespeito a deliberações do Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Os diretores ficam dispensados de prestar a caução prevista em lei, devendo a sua investidura no cargo ser formalizada mediante assinatura de termo lavrado e assinado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV

Conselho Fiscal

Artigo 30 O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do BOVESPA MAIS, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 4º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 5º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa

ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada (conforme definidos no artigo 38) de concorrente;

(b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada de concorrente.

Parágrafo 6º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Artigo 31 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO V

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

Artigo 32 O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Artigo 33 Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente a assembleia geral poderá atribuir aos administradores a participação nos lucros, participação essa que será calculada para ambos os administradores em conjunto. Se observará para tanto a legislação vigente e o regulamento de listagem, bem como a política de remuneração e distribuição de dividendos da Companhia.

Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (a)** 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

Artigo 34 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros

aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável.

Artigo 35 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em tais balanços, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se:
- (b) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 36 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 37 Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VI

Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Bovespa Mais.

Artigo 38 A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no

Regulamento do BOVESPA MAIS, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º – A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda:

- (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou
- (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 38 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 40 A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do BOVESPA MAIS.

Artigo 41 Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscreto o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do BOVESPA MAIS.

Artigo 42 Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico

apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos primeiro e segundo deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo Artigo.

Parágrafo 2º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação,

poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 43 Caso seja deliberada a saída da Companhia do BOVESPA MAIS para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser negociados fora do BOVESPA MAIS, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no BOVESPA MAIS no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 43, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no *caput* deste Artigo se a Companhia sair do BOVESPA

MAIS em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo 2º - O Acionista Controlador poderá ainda ser dispensado de proceder à oferta pública, referida no *caput* deste Artigo, se a Companhia sair do BOVESPA MAIS em razão de assinatura do contrato de participação da Companhia em um dos outros segmentos especiais da B3 denominados BOVESPA MAIS – Nível 2 ou Nível 2 de Governança Corporativa; ou se a companhia resultante da operação de reorganização societária, tiver os valores mobiliários de sua emissão admitidos negociação, no prazo de 120 (cento e vinte) dias referido no item 11.3, em um dos segmentos mencionados anteriormente, mediante:

- (a) anuência expressa da totalidade dos acionistas; ou
- (b) deliberação da maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes em assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 44 A saída da Companhia do BOVESPA MAIS em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 42 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

CAPÍTULO VII

Juízo Arbitral

Artigo 45 A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

Parágrafo Único – O requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Capítulo VIII

Liquidação

Artigo 46 A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Artigo 47 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 48 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 49 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 50° Os acordos de acionistas caso existam, devem ser documentos públicos devidamente arquivados na sede da companhia, não devendo existir qualquer previsão de vínculo do voto dos administradores.



INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ/MF nº 09.611.768/0001-76

NIRE nº 31.300.117.898

Companhia Aberta

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE EMISSÃO DA

INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Características da Emissão

Aumento de capital social, dentro dos limites do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, dos atuais R\$ 20.389.168,28 (vinte milhões trezentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e oito reais e vinte oito centavos), para R\$50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), sendo um aumento, portanto no valor de R\$30.583.751,92 (trinta milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e um real e noventa e dois centavos), mediante a emissão de 30.391.173 (trinta milhões trezentos e e noventa e um mil cento e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O preço de emissão por ação foi fixado em R\$ 1,01 (um real e um centavo), nos termos aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2019.

Nome	Nacionalidade	Profissão	
Cid Maciel Monteiro de Oliveira	Brasileiro	Empresário	
Estado Civil	Identidade	Orgão Emissor/UF	CPF
Casado	102049111	IFP/RJ	051.520.367-03
Endereço	Número	Complemento	Bairro
Rua Oscar Vidal	55	Apto 1101	Centro
CEP	Cidade	Estado	País
36010-060	Juiz de Fora	MG	Brasil

--

Ações Subscritas

Quantidade	Preço	Valor Total Pago
300.903	R\$ 1,01	-----

Forma de Integralização

Forma	Valor	Prazo
Incorporação de Reserva de Capital	R\$ 302.809,71	-----



Este Boletim de Subscrição é irrevogável e irretratável, observados os termos e condições aqui dispostos.

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO.

Juiz de Fora, 10 de maio de 2019

Cid Maciel Monteiro de Oliveira



INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ/MF nº 09.611.768/0001-76

NIRE nº 31.300.117.898

Companhia Aberta

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE EMISSÃO DA

INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Características da Emissão

Aumento de capital social, dentro dos limites do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, dos atuais R\$ 20.389.168,28 (vinte milhões trezentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e oito reais e vinte oito centavos), para R\$50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), sendo um aumento, portanto no valor de R\$30.583.751,92 (trinta milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e um real e noventa e dois centavos), mediante a emissão de 30.391.173 (trinta milhões trezentos e e noventa e um mil cento e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O preço de emissão por ação foi fixado em R\$ 1,01 (um real e um centavo), nos termos aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2019.

Nome	Nacionalidade	Profissão	
Jurandir Miguel de Lima	Brasileiro	Empresário	
Estado Civil	Identidade	Orgão Emissor/UF	CPF
Divorciado	2392678	Detran/MG	175.296.034-04
Endereço	Número	Complemento	Bairro
Av. Manoel Vaz de Magalhães	380		Bosque do Imperador
CEP	Cidade	Estado	País
36037-630	Juiz de Fora	MG	Brasil

Ações Subscritas

Quantidade	Preço	Valor Total Pago
7.522.569	R\$ 1,01	-----

Forma de Integralização

Forma	Valor	Prazo
Incorporação de Reserva de Capital	R\$ 7.570.236,81	-----



Este Boletim de Subscrição é irrevogável e irretratável, observados os termos e condições aqui dispostos.

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO.

Juiz de Fora, 10 de maio de 2019

Jurandir Miguel de Lima



INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ/MF nº 09.611.768/0001-76

NIRE nº 31.300.117.898

Companhia Aberta

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE EMISSÃO DA

INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Características da Emissão

Aumento de capital social, dentro dos limites do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, dos atuais R\$ 20.389.168,28 (vinte milhões trezentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e oito reais e vinte oito centavos), para R\$50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), sendo um aumento, portanto no valor de R\$30.583.751,92 (trinta milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e um real e noventa e dois centavos), mediante a emissão de 30.391.173 (trinta milhões trezentos e e noventa e um mil cento e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O preço de emissão por ação foi fixado em R\$ 1,01 (um real e um centavo), nos termos aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2019.

Nome	Nacionalidade	Profissão	
Leonardo Miguel de Lima	Brasileiro	Empresário	
Estado Civil	Identidade	Orgão Emissor/UF	CPF
Casado	1724553539	Detran/MG	058.168.356-02
Endereço	Número	Complemento	Bairro
Rua Ibia	6	cond. Alphavile	São Pedro
CEP	Cidade	Estado	País
36037-871	Juiz de Fora	MG	Brasil

Ações Subscritas

Quantidade	Preço	Valor Total Pago
7.522.567	R\$ 1,01	-----

Forma de Integralização

Forma	Valor	Prazo
Incorporação de Reserva de Capital	R\$ 7.570.234,80	-----



Este Boletim de Subscrição é irrevogável e irretratável, observados os termos e condições aqui dispostos.

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO.

Juiz de Fora, 10 de maio de 2019

Leonardo Miguel de Lima



INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ/MF nº 09.611.768/0001-76

NIRE nº 31.300.117.898

Companhia Aberta

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE EMISSÃO DA

INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Características da Emissão

Aumento de capital social, dentro dos limites do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, dos atuais R\$ 20.389.168,28 (vinte milhões trezentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e oito reais e vinte oito centavos), para R\$50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), sendo um aumento, portanto no valor de R\$30.583.751,92 (trinta milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e um real e noventa e dois centavos), mediante a emissão de 30.391.173 (trinta milhões trezentos e e noventa e um mil cento e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O preço de emissão por ação foi fixado em R\$ 1,01 (um real e um centavo), nos termos aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2019.

Nome Neylson de Oliveira Almeida	Nacionalidade Brasileiro	Profissão Empresário	
Estado Civil Solteiro	Identidade 2540652749	Orgão Emissor/UF Detran/SP	CPF 036.504.396-62
Endereço Rua Johann Strauss	Número 30	Complemento Cond. São Lucas II	Bairro São Pedro
CEP 36036-647	Cidade Juiz de Fora	Estado MG	País Brasil

Ações Subscritas

Quantidade	Preço	Valor Total Pago
7.522.567	R\$ 1,01	-----

Forma de Integralização

Forma	Valor	Prazo
Incorporação de Reserva de Capital	R\$ 7.570.234,80	-----



Este Boletim de Subscrição é irrevogável e irretratável, observados os termos e condições aqui dispostos.

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO.

Juiz de Fora, 10 de maio de 2019

Neylson de Oliveira Almeida



INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ/MF nº 09.611.768/0001-76

NIRE nº 31.300.117.898

Companhia Aberta

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE EMISSÃO DA

INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Características da Emissão

Aumento de capital social, dentro dos limites do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2019, dos atuais R\$ 20.389.168,28 (vinte milhões trezentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e oito reais e vinte oito centavos), para R\$50.972.920,20 (cinquenta milhões novecentos e setenta e dois mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), sendo um aumento, portanto no valor de R\$30.583.751,92 (trinta milhões quinhentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e um real e noventa e dois centavos), mediante a emissão de 30.391.173 (trinta milhões trezentos e e noventa e um mil cento e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O preço de emissão por ação foi fixado em R\$ 1,01 (um real e um centavo), nos termos aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29/04/2019.

Nome Ednilson de Oliveira Almeida	Nacionalidade Brasileiro	Profissão Empresário	
Estado Civil Casado	Identidade 1018304410	Orgão Emissor/UF Detran/MG	CPF 043.631.716-85
Endereço Rua Manoel Bernardino	Número 20	Complemento ap 902	Bairro São Mateus
CEP 36016-460	Cidade Juiz de Fora	Estado MG	Pais Brasil

--

Ações Subscritas

Quantidade	Preço	Valor Total Pago
7.522.567	R\$ 1,01	-----

Forma de Integralização

Forma	Valor	Prazo
Incorporação de Reserva de Capital	R\$ 7.570.234,80	-----



Este Boletim de Subscrição é irrevogável e irretratável, observados os termos e condições aqui dispostos.

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO.

Juiz de Fora, 10 de maio de 2019

Ednilson de Oliveira Almeida